

BATURITÉ

(SUBSIDIO GEOGRAFICO, HISTORICO E
ESTATISTICO)

PEDRO CATÃO

Geografia política e estatística

Cidade do Ceará, situada a 80 quilômetros, mais ou menos, em linha reta ao Sudoeste de Fortaleza, capital do Estado, com a qual é ligada por duas rodovias, duas linhas telegraficas e 103 quil. da Estrada de Ferro de seu nome, da rede de Viação Cearense, com a extensão, em trafego, de 599 quil., 109 na linha-tronco (de Fortaleza ao Crato), 7K.,246 no ramal de Maranguape, 33K.,220 no ramal de Cariús, 42K.,750 no ramal de Orós, 57K.,500 no ramal de Itapipoca, e 121K.,69 no ramal Ceará-Paraíba, somando 860K.,894.

Localizada na vertente oriental da Serra de seu nome, é Baturité circundada por dois ribeiros, Araçoiaba ao Nordeste e Putiú ao Sudoeste. sendo sua posição astronomica, segundo José Pompeu, 4°,21' de latitude sul, e 4°,30' de longitude oriental do meridiano do Rio de Janeiro. Sua altitude sobre o nivel do mar varia de :

123	m.	local da Estação de Putiú
150	»	» » Avenida Dr. Carneiro
165	»	» do Monumento da Independencia
145	»	» da Ponte do Labirinto.

Corre a cidade na direção de Noroeste a Sudeste, no comprimento de 2400 metros sôbre 400 de largura, mais ou menos. Suas ruas, pouco alinhadas e em grande parte estreitas, são niveladas em forma de abaulamento, sendo as principais empedradas, notando-se entre estas uma especie de viaduto terreo (Avenida João Cordeiro) terminado por uma ponte de cimento armado sôbre o Putiú, para o arrabalde do mesmo nome, onde está assente a estação da Estrada de ferro.

Ligada a cidade por uma ferro-carril Decauville em 1891, a empresa teve de baquear, pelo motivo de ser o declive da rampa existente só trafegavel a tração mecanica, e não a fôrça animal como foi tentado. Atualmente se faz aquele trafego a automovel e auto-onibus.

Além dêste bairro (Putiú), do de Santos Dumont (antigo da Boa Vista), Lajes e Alto da Cadeia (Gustavo Sampaio e Desembargador Estelita), no qual estão encravados o Cemiterio e a Cadeia pública, tem a cidade 4 Avenidas — Dr. Epitacio Pessoa (antiga Labirinto), 2 de Novembro (para o Cemiterio), Proença e João Cordeiro; 7 Praças — Matriz, Coronel Manuel Dutra, Dr. Cordolino, Senador Pompeu, Dr. Amaro Cavalcante, Santa Luzia e Dr. Francisco Sá (Estação da Estrada de ferro); 11 ruas (sem falar no bairro Putiú e nos outros) — 12 de Outubro (antiga da Lagoa), 26 de Agosto (antiga da Palha), Barão de Studart, S. José, 13 de Maio, 25 de Março (atrás da 24 de Fevereiro), 24 de Fevereiro, 1.º de Março, 15 de Novembro, 7 de Setembro e 16 de Novembro; 7 Travessas — 19 de Junho (antiga Cajueiro), 14 de Abril, 9 de Janeiro, 9 de Agosto, 2 de Fevereiro, 10 de Outubro e 16 de Maio (antigo Beco das Lajes).

Além das rodovias para Fortaleza, a que já nos referimos, sendo uma por cima da Serra, passando pela vila de Pacotí, povoações de Guaramiranga, Pernambuco e Palmeira e ligando-se com as povoações de Mulungú e Santos Dumont (antigo Coité), sôbre a Serra; e outra partindo de Putiú e passando por Aracoiaba, Canafistula e Acarape, onde

se entronca com a de Fortaleza, existe mais outra para a cidade de Quixadá, passando pelas povoações de Açudinho, Riachão ou Capistrano de Abreu, Itaúna e Cangati e outra para a povoação de Candeia e uma estrada para Santos Dumont, passando pelas povoações de Bananeiras e Pindoba.

Estas últimas ressentem-se ainda de obras darte e outros melhoramentos, que só a primeira possui, em parte.

As avenidas, praças, ruas e travessas lembram, como se vê, datas e fatos da História Patria, do Estado e do Município, e nomes de compatriotas illustres de serviços aos mesmos.

É a cidade abastecida d'agua potavel e iluminada a luz electrica por Empresa particular, sob concessão de privilegio municipal.

Conta sete templos católicos com a invocação de N. Senhora da Palma (Matriz), N. Senhora do Rosario, Santa Luzia, Cristo, o Redentor (Putiú) e capelas de S. Miguel Arcanjo (no Cemiterio), Coração de Jesus (na Escola Apostolica), e N. Senhora Auxiliadora, no collegio Salesiano Domingos Savio. Existe também um templo do culto Presbiteriano.

Seus principais edificios e logradouros publicos são: Casa da Camara Municipal e Forum, predio vasto, elegante e assobradado; Grupo Escolar, vasto predio ajardinado; Cadeia, Cemiterio de S. Miguel, Mercado de generos, Talhos de carne, Posto Sanitario, Jardim Dr. Carneiro, Dito 25 de Março, Monumento á Independencia, Loja maçonica «Deus e Baturité», Matadouro de ferro em Putiú, Cinema Baturité, Círculo operario S José, Associação Commercial, onde funciona também o Sindicato agricola, Banco Commercial agricola de Baturité, Banco rural de Baturité, predio do Correio e Telégrafo, e Estação da Estrada de ferro e suas dependencias.

Tem um Grupo Escolar; Escola Apostolica, em vasto predio assobradado sôbre a colina do Olho d'agua, dirigida pelos Jesuítas; Collegio Domingos Savio, dirigido pelos Salesianos; Collegio Maria Auxiliadora, dirigido pelas Salesianas; dois externatos particula-

res, escolas paroquiais Vicentinas, escola do Círculo de operários S. José, escolas reunidas na povoação de Riachão, e escolas isoladas no bairro Putiú e nas povoações de Itaúna, Cangati, Candeia e Pesqueiro, e rurais ou municipais em Açudinho, Riachão do Panta, Bananeiras e Mondego.

É sede da comarca de 2.^a entrância da sua denominação, constituída hoje do termo de Baturité e dos de Aracoiaba, Pacoti e Redenção.

Comarca que ocupa o segundo lugar no Estado em população, rendas públicas e movimento forense e escolar.

Sua Polícia é exercida por um Delegado de Polícia regional, auxiliado por outros dos termos, um Escrivão e subdelegados nos distritos, e Inspectores nos quarteirões.

Seu serviço postal é feito por uma Agência de 3.^a classe na cidade e agências de 3.^a classe no Putiú e de 4.^a nas povoações de Açudinho, Riachão, Itaúna e Cangati.

A sua população, como a de toda comarca, é na sua quasi totalidade católica e, afora os templos que já mencionámos, tem a freguesia as seguintes capelas: Candeia, Riachão do Panta, Bananeiras, Riachão, Mamoré ou Tronco, Carqueja, Itaúna, Itãs e Cangati, e cinco oratórios *ad instar* do público.

A igreja Matriz, começada em 1764 e terminada já no século passado, teve notável e bela remodelação devida aos esforços do paroco, Mons. Manuel Candido dos Santos, de veneranda memória, grandemente auxiliado por Ananias Arruda. Tem 100 palmos de largura sobre 212 de comprimento, 2 naves, 7 altares, e comporta aproximadamente 3.000 pessoas. Tem um relógio público e 3 sinos e é iluminada a luz elétrica.

Existem 6 conferências Vicentinas, 1 no Riachão, 2 associações de devoção e obra pia paroquial e vocações sacerdotais, 2 Congregações Marianas, Terceiros Franciscanos, Filhos de Maria e Santa Teresinha, Círculo operário S. José e Doutrina Cristã.

População

LOCALIDADE	Recenseamento de 1890	Recenseamento de 1900	Recenseamento de 1920
Mun. de Baturité	18.672	44.024	24.439
» » Guaram.	11.257	(de Bat.)	5.593
» » Pacotí	8.551	» »	8.148
» » Muluugú	10.410	12.621	7.269
» » Coité (Santos Dumont)	10.111	12.270	6.553
» » Aracoiaba	4.126	5.171	8.137
» » Redenção	16.950	20.042	16.955
» » Canindé	13.084	7.641	18.043
Comarca de Baturité	93.161	101.769	95.137

Não conhecemos a nossa cota local no censo de 1872, onde o Ceará atestou 721.689 almas; 241 escolas primarias com 6.740 alunos.

A comarca atual perdeu o termo de Canindé, estando reduzida a 77.094 hab.

O dist. da cidade, no censo de 1890, acusou 11.011 hab. e Putiú 1.399, sendo 5.974 homens e 6.436 mulheres, e 7 826 analfabetos.

Neste censo o mun. atestou: 9.068 masc. e 9.604 fem., sendo 15.738 analfabetos.

No de 1920 a Cidade atestou 1.437 fogos com 7.159 hab. e Putiú 382 fogos com 2.046 hab. Todo o mun. registrou 4.000 fogos.

Guaramiranga e Pacotí, em 1900, com 12.152 e 10.020, respectivamente, eram distritos de Baturité, e hoje, com Muluugú e Santos Dumont, fazem o município de Pacotí.

Dos 1.099 mun., afora as capitais, apurados no censo de 1.900, ocupámos o 36.º lugar, e, com relação á população setentrional exclusiva do país, a nossa colocação elevava-se ao 10.º lugar. A pop. fem. era de 22.393 e a masc. de 21.631.

Demografia

	BATIZADOS		OBITOS		CASAMENTOS
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
1927	510	513	88	102	149
—28	563	510	84	61	161
—29	549	495	118	121	158

ELEITORADO

Em 1930	1.150
» 1933	1.328

JURADOS

152
182

REGISTRO MUNICIPAL DE LICENÇAS

	1928	1929	1930
Est. urbanos	110	107	100
» rurais	61	63	70
Engenhos	20	20	18
Alambiques	3	3	3
Aviamentos de far.	82	80	75
Fabr. algodão	3	5	5
» café	2	4	3
Veiculos	11	11	11
Reses do consumo	1.560	1.500	1.270

MOVIMENTO ESCOLAR EM 1930

	Masc.	Fem.	Total
Esc. estaduais	295	365	660
» municipais	60	55	115
» paroquiais	35	45	80
» particulares	25	15	40
Colegio Salesiano D.S.	195	—	195
Esc. Apostolica	43	—	43
			1.133

RENDAS PÚBLICAS

	1927	1928	1929
Col. Federal	165:141\$896	151:127\$872	138:883\$391
» Estadual	114:388\$437	115:033\$325	125:848\$728
Pre. Mun.	41:381\$485	49:329\$748	45:119\$665

RENDAS ESTADUAIS (NA COMARCA)

Aracoiaba	31:212\$248	33:973\$134	40:215\$558
Canindé	32:935\$599	33:191\$557	50:681\$057
Coité	19:378\$318	21:242\$210	23:160\$970
Guaramiranga	25:106\$770	29:666\$015	27:699\$830
Mulungú	18:261\$010	24:695\$525	31:131\$744
Pacoti	19:949\$243	24:271\$237	28:229\$161

Dispendio do Estado no Municipio

Instrução pública	.	.	.	.	37:500\$000
Justiça	.	.	.	.	10:500\$000
Polícia (fôrça)	.	.	.	.	10:500\$000
Fazenda	.	.	.	.	11:500\$000
					70:000\$000

Com a Revolução de 1830 o Municipio, em junho de 1931, foi acrescido de cinco circunscrições que voltaram a lhe ser incorporadas, mas que logo, em 1934, tornaram a Municipios independentes, e até absorvendo zonas do velho Municipio. Eis o resumo dos Balanços da Prefeitura:

	RECEITA	DESPESA
1930	46:147\$802	46:554\$039
—31	95:657\$227	93:281\$650
—32	122:637\$128	119:475\$950
—33	157:506\$814	161:398\$433
—34	98:133\$590	99:468\$200

Arredondando o censo—24.439—, de 1920, para 30.000, temos a seguinte proporção de imposto *per capita*:

Em 1930: $46:200\$000 \div 30.000 = 1540$ para cada hab.

Em 1934: $98:140\$000 \div 30.000 = 3\$271$, *idem*.

Nos anos intermediarios, apesar da população acrescida pelos municipios extintos (Aracoiaba e os serranos) e aumentada para 70.000, a proporção é de 1752 em 1932 e de 2.250 em 1933.

Em 1931 o mun. cresceu a pop. e rendas, mas só do 2.º semestre em diante;

Corografia

Limites, extensão, aspecto físico, orografia, hidrografia, clima e salubridade

Limita-se atualmente o município de Baturité com os de Aracoiaba, Quixadá, Canindé, Pacotí e Redenção.

A área do Município está reduzida a cêrca de 1.000 quil. q. O aspecto físico é em geral montanhoso, afora apenas os vales de Candeia e Pesqueiro e da planície do Choró, onde corre o rio dêste nome, sem perenidade, mas de abundante lençol dagua subterreo.

Pertence ao sistema orografico *central* do Estado a Serra de Baturité, que mede aproximadamente cem quil. de extensão, abrangendo uma superficie de 700 quil. q. com 70.000 hectares de terreno produtor.

O ponto mais alto da Serra (Bico ou Pico Alto), que é também o mais elevado do Estado, mede 1.058 m. sôbre o nível do mar, e são conhecidas as seguintes observações barometricas simultaneas: Monte-Flor, 852 m.; Guaramiranga, 828; Boa Vista, 820; Boa Agua, 815; Macapá, 805; Pernambucozinho, 795; Pacotí, 714; Pau d'Alho, 709; Bom Sucesso, 785; Brejo da Cruz, 772; Labirinto, 515; Ponto terminal da ladeira do Olho dagua, 463; Dito da Tijuca, 355; Tijuca, 342, e Itamaratí, 335.

Agrega-se á bacia do S. E. do Estado o rio Choró, que fica ao norte do Pirangí, nasce na Serra dos Tres Irmãos, corre a E. a princípio e depois de S. O. a N. E., recebendo o Cangatí, riacho do Carnaubal e do Padre e rio Aracoiaba, e despeja no Atlantico por dois braços entre Aracatí e Cascavel, medindo um curso de cêrca de 240 quil. e formando pequeno esteiro na foz.

Na planície sertaneja notam-se ainda diversas torrentes sem permanencia, entre as quais se salientam Riachão, Castro, Mazagão, Salgado, Pesqueiro, Iú, Mucunã e outros.

Na zona serrana denotam-se inumeros regatos, salientando-se entre êles Cristos, Flôres, Rio-Nilo,

Cedro e outros, todos tributarios aos principais seguintes:

Pacotí, que nasce no municipio de seu nome, corre na direção de Redenção com um curso aproximado de 50 quil. Nele construiu o Govêrno Federal uma grande barragem para irrigação do vale e abastecimento d'agua á Fortaleza.

Aracoiaba; nasce na zona mediana entre Mulungú e Guaramiranga, banha a cidade a N. E. e une-se ao precedente com um curso de 30 quil. Nas proximidades da cidade despenha-se em diversas quedas denominadas Tijuquinha (donde parte o abastecimento da Cidade), Itamaratí, Salto do Olho d'agua, Morcego, e outras.

Êste regato, que faz a maior riqueza da região serrana, devido a devastação das matas e constantes crises climatericas tem sua perenidade comprometida, pleiteando-se para solução dêsse magno problema uma barragem ou açude no lugar Labirinto, providência palpitante de alta relevancia e proveito.

Putiú; nasce no distrito de Santos Dumont e faz junção com o Aracoiaba no local supramencionado, perto da cidade, com um curso de 40 quil. A agua dêste regato torna-se salobra depois de receber o riacho Cedro. Tem, ao pé da cidade, uma cachoeira, Santo Amaro, e recebe por outra queda o riacho dos Cristos, no sitio Jordão.

Candeia; nasce no distrito de Guaramiranga, contornando uma região serrana, banha o vale do seu nome e une-se aos dois precedentes (Aracoiaba e Putiú) cêrca de 6 quil. abaixo da cidade, com um curso de 40 quil.

O rio formado da junção dêstes três conserva a denominação de Aracoiaba, passa na vila dêste nome e vai desaguar no Choró com um curso de 40 quil. no lugar Varzea Redonda, ao pé da povoação de Vazantes.

Lagoas. Não há lagoas permanentes no Municipio, sendo as mais notaveis: Lagoa Nova, ao pé do Riachão; Lagoa Grande, no distrito de Itaúna; Cangiati, ao pé da estação dêste nome, e Umari e Jucá, no distrito da cidade, onde já houve o projeto de

aumentar-lhe a capacidade e captar para ela um riacho.

Açudes. Também não existem de grande relevância, sendo os maiores os de Lajes e Paulo, no distrito de Cangati, e os de Riacho do Padre e Boqueirão, no Riachão, e o de Mucunã, nas proximidades da Cidade.

O clima da cidade varia de 18° a 31°, como na zona sertaneja; na serrana regula de 15° a 25°. As noites são sempre amenas e os ventos dominantes, nos anos normais são de janeiro a junho dos quadrantes S. O. e N. O., e de julho a dezembro dos quadrantes N. E. e S. E.

No inverno a quantidade média de chuvas é de 1.500 mm., e no verão 300 mm., sendo mais na Serra.

O estado sanitario é bom. A mortalidade nos anos normais é representada por porcentagem mínima.

No comêço dos invernos aparecem corizas nos adultos e oftalmias e interites nos parvulos, atribuídas á proliferação dos mosquitos, á ação das correntes pluviais nos focos miasmáticos anteriormente acumulados, que resistiram ao saneamento da luz solar, e ao baldeamento das fontes potaveis.

No vale do Candeia e adjacencias vai se alastrando a boubá, devido a incuria e a falta de profilaxia. No distrito de Riachão surdiu também o impaludismo.

Isto, além das verminoses, do tracoma e doenças outras, que em geral flagelam o nosso *hinterland* e constituem um problema a solver, o que se vai fazendo, se bem com precariedade.

Estrutura geologica e mineralogica. No esbôço da Carta Geologica do país, organizado pelo prof. A. Derby, o Ceará apresenta na feição geologica central rochas referidas ao sistema laurenciano.

A maior parte da Serra de Baturité, diz José Pompeu, é de *gneis*, cujas camadas correm aproximadamente de E. para O., mas são *schistosas* ou *schisto-silicosas* ou de *quartzito* com *mica* ou *mica-psammito* com apparencia de *itacolomito* as rochas proximas á cidade.

O cume mais elevado da Serra, denominado Pico Alto, é composto de *quartzo* e *quartzito*.

O solo, principalmente nos terrenos agrícolas, é formado de terras escuras, especie de humus dos detritos vegetais de aluvião, mas de que se vai empobrecendo a propria Serra após a devastação de suas matas.

Em alguns pontos, notadamente do Sertão, o solo é argiloso, pegajoso, bastante forte, e dá-lhe o vulgo o nome de massapê.

Nas serras abundam, além das rochas já mencionadas, argilas coloridas por materias ferruginosas (ocres): vermelhas quando contêm anhidro (oligista), amarelas quando o oxido é hidratado (limonito) e algumas de gredas brancas por vez da maciez de giz.

O sub-solo é em geral pedra ou em mor parte uma argila bastante vermelha, compacta e impermeavel, de consistencia granitica e que vulgarmente chamam *piçarra*.

Entre os agentes exteriores modificadores da crosta terrestre cabe, para nós, pela conformação montanhosa da circunscrição, o primeiro lugar aos aquosos.

Nas rochas de origem sedimentar encontram-se muitos xistos e calcareos. Nas de origem ignea encontra-se o granito e o micaxisto em diversas partes e cristais de basalto extratificado no leito do rio Choró.

Nas especies de minerais não metaliferos encontra-se a mica em diversos pontos, o salitre no vale do Choró e o grafito, que já começa a ser explorado. Encontram-se também em quasi toda a comarca quarzo hialino ou cristais de rocha e agatas.

Jazidas metaliferas de diversos minerais de ferro existem na Serra e no riacho Cangati.

No Choró há massas de forma esferica semelhante a bala de artilharia de grosso calibre.

A serra das Barbadas ou das Caçadas, proxima a Cangati, é quasi toda de minerais de ferro, e desta jazida fez o naturalista Feijó interessante descrição na Imprensa.

Existem minerais de oiro no lugar Marés, distrito de Santos Dumont, nos veios de uma pedra,

onde se encontra êsse mineral em particulas, e há tradição de que no lugar Oiro ou riacho do Oiro, sôbre a Serra, também existe êste metal.

Fauna e Flora. Possuímos todos os representantes da fauna cearense e o que nela se tem aclimado. Assim também com referencia á flora, pois abrange o Município todas as zonas em que se divide o *habitat* do nosso Estado: serrana, quebradas e sertão, salvo apenas a litoranea. Assim, contamos, entre as essencias vegetais: cedro, aroeira, pau-darco, maçaranduba, jatobá, freijó, carnaúba e outros. Para combustivel: angico, sabiá, jurema, catingueira, marmeleiro e outros. Oleaginosos: mamona, babaçú, comarú, copaíba, oiticica, pinhão, etc.

Forrageiras: gramineas, camunzé, canafistula, cactos, etc.

Fibras texteis: malvas, paco-paco, pita, croatá, etc. Tinturaria: tatajuba, urucú, jenipapo e outros.

As nossas florestas, como as de todo o Estado, foram devastadas pela imprvidencia do homem, o que infelizmente ainda sucede apesar das consequências funestas, e de providências legais, que se não cumprem.

Produção e Pecuaria. A cultura principal da Serra é a cafeeira e foi começada em 1824 pelo patriota Manuel Felipe Castelo-Branco por mudas que transplantou do Pará para o sitio Bagaço (hoje Correntes), dist. de Mulungú.

O censo agricola de 1 de set. de 1920 registrou 752 sitios cafeeiros na serra de Baturité, no valor de 7.060:000\$000.

O número de cafeeiros ali cultivados é estimado em 30.000.000 de pés, sendo dois terços botadores.

As safras atuais são calculadas no médio em 60.000 sacos de 60 quilos ou sejam 3.600.000 quilos.

A produção anterior era calculada de 20 a 30 arrobas por mil pés; hoje, devido a devastação das matas e sequente modificação de clima, é estimada em 10 a 15 arrobas por mil pés.

Como se vê, não produz com a copiosidade dos cafeeiros do Sul do país, mas, em compensação, vive e frutifica com mais longevidade, chegando a atin-

gir seculo, quando tratado, e é muito mais rico em propriedades aromáticas o seu fruto, passando por isso como dos melhores do globo.

A floração do café faz-se anualmente de set. a out. pelas chuvas chamadas *de cajús*, atribuídas á influencia do *Gulf-Stream*, e a colheita de junho a agosto.

Cultiva-se ainda na Serra a cana de açúcar, fruteiras, legumes e hortaliças, e nas encostas algodão, mandioca, maniçoba e cereais, o que também se faz na zona sertaneja.

Nesta zona, onde dominam o capim panasco, algum mimoso, milhã, pé-de-galinha e outros, cria-se em pequenn escala e do modo rotineiro geral, contando-se apenas, nos anos de crise, com o recurso da rama do joazeiro, canafistula, camunzé, mandacarú, chique-chique e outros cactos.

Os gados são ainda da especie primitiva aclimatada (creoula), apenas alguns fazendeiros têm procurado melhorá-los com reprodutores de outras raças seletas.

Em 1911 estimava-se a população pecuaria seguinte :

Baturité : 10.000 bovideos, 1.000 equideos e 20.000 miúças (caprum, lanigeros e suínos).

Coité : 6.000 bovideos, 1.000 equinos e 5.000 miúças.

Mulungú : 3.000 bovideos, 1.000 equinos e 5.000 miúças.

Pacotí : 8.000 bovideos, 1.000 equinos e 10.000 miúças.

As crises de 15 e 19 muito reduziram a criação, se bem que com menos intensidade de que em outros pontos do Estado, devido aos recursos da Serra, podendo calcular-se o prejuízo em 40 %, já hoje bastante resgatado.

A produção média deste municipio foi estimada em 1929 :

Café	quilos	360.000	Algodão	quilos	750.000
Rapadura	«	1.000.000	Milho	«	2.500.000
Arroz	«	250.000	Feijão	«	300.000
Farinha	«	2.000.000	Aguardente	litros	100.000

Outros produtos: fumo, sementes oleaginosas, cacau, resinas, gomas, ceramicas, laticínios, peles, avi e apicultura, produto em réis . . . 360:000\$000.
 Diversos (madeiras, cal) 150:000\$000.
 Frutas, hort. 140:000\$000.

A produção da borracha está em abandono.

Ensaia-se o cultivo da amoreira para a sericultura, assim como se procura incrementar e regulamentar a fruticultura.

Damos adiante o quadro que acompanhou as respostas da Prefeitura Municipal a um questionário do Inspetoria Agrícola Federal, em 1930 :

ESPECIES CULTIVADAS	Variedades existentes	N.º de pés	Produção total em tonel.	Preço no local por tonel.	Valor da prod.
Abacates	3	2.000	4	500\$	2:000\$
Abacaxis	3	3.000	3	800\$	2:400\$
Aboboras	3	1.000	10	200\$	2:000\$
Ata ou pinha	1	10.000	100	60\$	6:000\$
Bananas	10	500.000	250	60\$	15:000\$
Cajús	5	30.000	100	60\$	6:000\$
Coco	3	5.000	20	400\$	8:000\$
Fruta-pão	2	500	2	500\$	1:000\$
Jenipapo	1	2.000	4	50\$	200\$
Goiabas	3	10.000	10	40\$	400\$
Jacas	2	5.000	50	100\$	5:000\$
Laranjas	5	20.000	80	100\$	8:000\$
Limas	2	3.000	3	400\$	1:200\$
Mamões	3	10.000	4	200\$	800\$
Mangas	10	300.000	500	40\$	20:000\$
Tangerinas	2	1.000	4	500\$	2:000\$
Uvas	3	2.000	10	2:000\$	20:000\$
					100:000\$

Cultivam-se em menor escala: abricó, araçás, açaí, cacau, cajarana, condessa, figos, graviolas, azeitona, limões, maracujás, melancias, melões,

pitanga, pupunha, romã, sapotís, siriguela, tamarindos, umbú.

Florescem silvestres: ameixa, araticum, babaçú, bacopari, cajá, catolé, croatá, gaboraba, ingás, jambo, jaracatiá, jatobá, joá, oitís, pitomba, umari.

Esta produção refere-se somente ao município de Baturité. O serrano de Pacotí deve produzir muito mais.

Apontamentos historicos

A antiga missão Jesuítica de Nossa Senhora da Palma, dos indios Jenipapos ou Baturités e Canindés (Paiacús), que José Pompeu diz datar de 1655, foi criada freguesia em 19 de junho de 1762 e ereta em vila a 14 de abril de 1764, com o nome de Monte-Mór, o novo da America, a que se mandou reunir a tribu dos Quixolós. para completo dos ca-sais exigidos pelo Directorio real.

Em 1830 deixou a vila de ter o titulo de Vila dos Indios, conforme comunicou á Camara o Presidente da providcia, em 17 de junho daquele ano.

A Lei prov. nº. 226 de 9 de jan. de 1841 criou uma comarca na Vila, conservando-lhe a velha denominação de Baturité, e a Lei nº. 844 de 9 de ag. de 1858 elevava á categoria de cidade.

A malograda republica do Equador, de 1824, teve aquí sua influência entusiastica e efemera.

No dia 2 de out. daquele ano (1824) na Matriz da Vila «por não conter a Camara tão grande Congresso», foi prestado pela multidão juramento — «de defender até a ultima gota de sangue a Confederação do Equador e fazer crua guerra ao despota imperial».

Firmavam este ato 159 assinaturas, cujos sinatarios, em grande parte, adotaram apelidos nacionais tirados da flora e fauna brasilicas.

No dia 19 do mesmo mês, a requerimento do cap. José Freire da Silva, mandava a Camara recolher na matriz 180 barrís de polvora, 220 carros de grana-deiras, 3 barrís de chumbo, um quintal de ferro e uma roda de aço, enviados da Capital pelo Presi-

dente Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e ordenava ao Sargento-mor comandante mandar fazer guarda a dito depósito vinte homens armados.

No dia 28 fazia a Camara entrega dêste depósito ao pro-Govêrno das armas, Antonio Bezerra de Sousa Meneses, o qual mandou com urgencia 130 barris de polvora para a Fortaleza por ordem do Presidente Tristão.

No dia 3 de nov., finalmente, reunia-se a Camara e dava execução a um officio de 18 de Out., visto que as tropas achavam-se destroçadas e o povo da mesma sorte recolhido ás suas moradas, e acordava em fazer previo juramento de fidelidade e homenagem a S. Majestade Imperial e Constitucional Defensor perpetuo do Brasil!

Foi desnecessario o levantamento da bandeira imperial por já havê-lo feito, ás 9 horas do dia 2, o Escrivão da vila no ato de recebimento de um officio do Tenente-Coronel Manuel Felipe Castello-Branco, enviado á povoação de Itãs, donde já regressara.

Dera-se, com efeito, naquela povoação o epílogo da malfadada idea; Antonio Bezerra, conhecedor da chegada do almirante Cochrane e da defecção de José Felix, soube também alí da morte tragica de Tristão Gonçalves e da rendição de suas tropas.

Em vista disso consultou a sua officialidade, que deliberou unanime em dissolver o corpo e debandar.

Segue-se o juramento supradito, firmado por 75 assinaturas, quasi todas as mesmas do juramento de 2 de out., e mais pelo padre Gonçalo Inacio de Albuquerque Mororó, martir daquele ideal, que, desiludido e desenganado, aquí procurava um asilo e buscava por êste meio abrandar a colera dos vencedores. Baldado intento, que o não livrou do tiranico suplício, onde o seu heroísmo e sua abnegação e resignação evangelicas resgataram nobremente estas fraquezas!

O almirante inglês, Lord Cochrane, mercenario a sôlido da coroa, ameaçava poderoso as cidades em aberto e indefesas, que tiveram a veleidade de sonhar a sua independencia, e a população amedron-

tada abandonava os republicanos, que, desalentados, se humilhavam ou, desesperados, deixavam-se assassinar, como o heroico Tristão Gonçalves!

Por outro lado a sêca de 1825 desenvolvia seu cortejo de calamidades e, assim, teve o Ceará de pagar o tributo de muitas vítimas!

Na memoravel campanha contra o Paraguai, prestámos também o nosso contingente, distinguindo-se entre outros os veteranos Antonio Negreiros, Dr. Francisco de Oliveira Sobrinho, Francisco Freire Jardim, João Leonel do Nascimento, Luiz Rodrigues Monteiro, Francisco Moreira Lima, Damião Gomes de Sousa (que perdeu uma perna na batalha de Riachuelo) e João Taumaturgo, que perdeu seus dois irmãos Lucio e Puriano Taumaturgo, mortos em combate, sobressaindo Manuel da Cunha Moreno, homem do povo, de cor preta, que se distinguiu por sua bravura e continuou laureado, como Negreiros, no posto militar.

Nas lutas para a consolidação da Republica se destacou o jovem baturitêense Tenente Gustavo Sampaio, que sucumbiu heroicamente em defesa da legalidade, na fortaleza da Laje a 10 de nov. de 1893.

Também na célebre campanha do Acre, que havíamos desbravado com sacrificios, e que a habilitade patriótica do imortal Rio-Branco aproveitou para engrandecer a Patria, além de Benvindo Soares de Oliveira, Luiz Soares, Raimundo Lôbo, Francisco Caterno e outros, salientou-se o famoso coronel Alexandrino José da Silva, da familia plebea conhecida pelo cognome de Bala, e que foi o terror dos inimigos, por sua intrepidez.

A abolição da escravatura havia tido também nesta localidade um foco de irradiação sob o influxo do verbo inflamado de José do Patrocínio, Almino Afonso, Justiniano de Serpa, Antonio Bezerra de Meneses e outros paladinos da magna causa, em propaganda, auxiliados pela Imprensa local e pelas sociedades libertadoras até entre Senhoras e crianças, de modo a ser o Municipio redemido daquela mácula em 25 de março de 1883.

Ocupámos o 3.º lugar na vanguarda do glorioso

empreendimento entre os municípios da provincia, ao lado de Icó: Redenção, então Acarape, foi o primeiro município a se libertar, em 1.º de janeiro, seguindo-se-lhe Pacatuba e S. Francisco em 22 de fev., tudo de 1883, supramencionado.

A Republica, além daquele surto de 1824, surtiu de novo em Baturité em julho de 1889, organizando-se então um nucleo de propaganda com a denominação de Clube Republicano João Cordeiro, seu oraculo, composto em sua quasi totalidade de jovens, que manteve uma coluna de combate no jornal local, «Cruzeiro», e recebeu o Conde d'Eu, quando por aquí transitou, em 7 de ag. de 1889, a boletins de reação.

O desenvolvimento material desta localidade, como em geral do Nordeste Brasileiro, tem sido moroso e retardado pelas terriveis crises climatericas que intermitentemente a solapam, notadamente nos ultimos tempos.

A Serra, coberta de florestas com inumeras vertentes, intensificou o seu povoamento de 1825 em diante pela emigração sertaneja da sêca daquele ano e pela cultura do café, que com exito foi ao mesmo tempo ensaiada.

Feita, porém, sem orientação scientifica e pelo metodo rotineiro de devastação das matas, teve de declinar pela modificação sequente do *habitat*, de modo a reclamar a proteção da arborização e diminuir a sua produção.

A Indústria intensificou-se também no comêço da decada de 1880, quando Bernardino Proença, de volta de sua fazenda cafeeira, Tamanduá ou Babilonia, onde construíra o maior açude da Serra, remodelou na cidade uma fábrica de beneficiar algodão a que, de parceria com João Cordeiro, agregou maquinismos de beneficiar açúcar, fazer sabão e bebidas.

A semente de algodão, que até então servia apenas para combustivel e estrume, começou a ser utilizada em oleo, sabão e residuo alimenticio dos animais.

Esta fábrica, em nov. de 1906, foi transferida

para o bairro Putiú, criando uma filial em Riachão, e hoje pertence ao coronel José Pinto do Carmo.

Identicamente precaria foi a evolução literaria ou intelectual. Desde o seu embrião, nos tempos coloniais, quando a reação Pombalina erigiu em Vila a antiga Missão, nesta, apesar de mais de um seculo de existencia, não se encontrou, como se constata dos documentos officiais, letrados nem para os poucos cargos publicos, assinando de cruz o Juiz e Vereadores!

Nesse tempo (1764) foram entregues, a 16 de maio, pelo Ouvidor eretor, 37 meninos, que alistou capazes de aprender a ler, ao Escrivão da Vila para alfabetizá-los, e 26 meninas á india Maria de Oliveira para as ensinar a fiar, coser e fazer renda, visto que a dita Mestra era analfabeta, sendo os pais das mesmas crianças obrigados á contribuição determinada pelo Directorio geral.

Quasi neste diapasão tem seguido oficialmente a difusão do ensino público: algumas escolas primarias sem hygiene e sem conforto, e insuficientes para a área territorial como para a densidade da população.

A iniciativa particular, certa da seleção da Serra pela amenidade e salubridade de seu clima como pelo seu afastamento do bulicio dos grandes centros, para sede da Instrução do Estado, tem estabelecido ali bons educandarios, que infelizmente não têm resistido áquela contingencia já referida.

Desde Anacleto Queiroz e D. Ana Bilhar e o Dr. Meneses Pimentel, que transmudaram depois seus estabelecimentos para a Capital do Estado, só sobrevivendo o último, Padres João A. Frota e A. Tabosa Braga e Julio Holanda, como na Cidade Drs. João Martiniano Castelo-Branco, Ximenes de Aragão, João Augusto Perdigão, Luiz Gonzaga Gomes da Silva e Boanerges Facó, Prof. Joaquim da Costa Nogueira (depois transportado para a Fortaleza), Donas Francisca Clotilde e Maria Estelita, de todos êsses surtos e nobres tentamens restam apenas aquele já dito, do Dr. Meneses Pimentel em Fortaleza, e o penultimo, de Dona F. Clotilde, em Aracati.

Atualmente em Baturité funciona a Escola Apostolica dirigida pelos Jesuítas na colina do Olho

d'Agua a três quil. da cidade, e nesta igualmente florescem os Colegios Salesianos Domingos Savio e Maria Auxiliadora, êste equiparado á Escola Normal Pedro II, official do Estado.

Não obstante tais obices, hão seguido a carreira das letras diversos filhos da terra, salientando-se entre êles o Dr. Francelim Tavora, precursor do naturalismo na literatura Nacional e crítico de José de Alencar, autor de diversas obras e que morreu no Rio em 12 de ag. de 1888, no posto de Secretario e Orador do Instituto Historico e Geografico Brasileiro; e o Dr. Oliveira Sobrinho, poeta condoreiro, que esteve na campanha do Paraguai e faleceu como Magistrado neste Estado.

A Imprensa estreou em Baturité cêrca de 1873 com o pequeno jornal «O Aracoiaba» e daí até hoje têm surgido mais de noventa publicações jornalísticas.

Hodiernamente se edita «A Verdade», órgão catolico, que já conta 18 anos de existencia.

Segue adiante um resumo da evolução da Imprensa em Baturité, já estampado no jornal local, assim também a sùmula cronologica do Arquivo Municipal da respectiva Camara.

Já o profundo Buckle definiu a História como um repositório de documentos, e Taine, o emerito crítico francês, doutrinou em «Ma défense»:—A História não é intangível aos olhos prescrutadores do analista e do estudioso. Escrevo e relato estudando e investigando. Historio com os documentos na mão...

O Telégrafo inaugurou-se nesta cidade em 1881 e a Estrada de Ferro em 2 de fev. de 1882.

Referimo-nos ao Telégrafo da Estrada de Ferro de Baturité, por que o Telégrafo Nacional foi inaugurado aquí, a 4 de agosto de 1910.

Por espirito de curiosidade adita-se ainda uma nota dos nomes indigenas, conhecidos na circunscrição, e a sua etimologia.

* * *

ARACOIABA (rio). *Onde as aves gorgelam*: de

ara ave, *coi* falar e a desinência *aba*, significando o lugar onde a coisa se faz.

Esta é a explicação do Dr. Paulino Nogueira, de saudosa memória.

Já vimos alhures se traduzir por—*agua pelas fraldas dos montes*.

BATURITÉ (serra). *Serra por excelencia*, corrutela de *ibi*, terra, *tira* alta, serra, e o superlativo *eté*. Em tupí são frequentes a queda do i inicial e a mudança em a, assim como as contrações.

José de Alencar traduz em «Iracema» por bom nadador, nome de um narceja valente.

Segundo se diz na Amazonia, em lingua geral *batú* significa monte, morro, serra, e *eté* é, como já se viu, desinência de superlativo.

Em um dos cartorios dêste termo encontra-se também uma escritura de doação a N. Senhora da Conceição, de um sítio com um quarto de terra, mais ou menos, no riacho Candeia, nas partes da serra *Venuterité*, feita pelo cap. João de Freitas de Araújo e sua mulher d.^a Jacinta Lopes de Azevedo, em 20 de jan. de 1745.

BAÍACÚS ou PAÍACÚS (tribu). *Comida de feiticeiro* ou *venenosa*: de *pagé* feiticeiro e *ú* comida, donde a corrupção vulgar em *baiacú* ou *paiacú*, nome de um peixinho, cuja carne é venenosa, de que se servem os indigenas para matar animalejos.

As tribus Canindés e Jenipapos tomaram para si essa denominação, pela qual se fizeram muito conhecidas.

CANGATÍ (Riacho). *Riacho do cangatí*: de Y agua, e cangatí, nome de um peixe que existe neste riacho. (O peixe se escreve *cangatí*, mas o riacho *Cangaty*.) Êste Y na lingua tupí significa agua.

CANINDÉ (tribu) *Teu mato?* De *cãa* e *ndé* teu. Batista Caetano, afamado guaranilogo, diz que talvez seja contração de *ara-racã*—arara muito retinta.

COIÓ (lugar). *Buraco* ou *ninho certo, conhecido, visível*: de *có* buraco ou ninho e desinência *ó* com que o indigena queria significar a certeza que tinha da coisa,

JENIPAPO (tribu). É o fruto do jenipapeiro (*Genipa Brasiliensis* L) *fruta de azeite*: de *mandi* azeite e *iba* fruta. Dêste azeite se servia a tribu, pintando-se toda, donde lhe veio o nome pelo qual se tornou conhecida.

GUARAMIRANGA (lugar). *Guará velho*: de *guará* ave dêste nome e *piranga* vermelho, mudado o p em m por eufonia. O *guará* em pequeno é alvo, depois cinzento, até que em velho fica vermelho.

JETIRANA (lugar). *O que é para amarrar, ligar*: de *in* até se fez *natirana*, *yatirana* e por fim *jetirana*, especie de trepadeira (*argireia alagoana*)

ITÃS (lugar). *O que colher, concha*, modificado de *tar* colher e *ita* pedra.

ITAÚNA (lugar). *Pedra, serrote preto*: de *ita* pedra e *una* preta.

MUCUNÃ (lugar). *Parecido com corda*, de *moçú* amarrar e *anã* semelhante. É uma trepadeira (*mucunã ureus*).

MUNGAÍPE (lugar). *Ponto de reunião*: de *mung* reunião e *hype* lugar onde.

PACOTÍ (rio). *Rio das pacobas*: corrutela de *pacoba* banana e *y* agua, mudado o b em t por eufonia.

PINDOBA (lugar). *Folha para esconder, tapar*: de *mî* esconder (mudado o m em p) e *tob* folha (também mudado o t em b por eufonia), *cocus australis*, de cujas palmas se serviam os indigenas para cobrir os seus *tejupares* (cabanas).

PIRANGÍ (rio). *Rio vermelho*: de *piranga*, vermelho, e *y* agua. Em alguns lugares a agua é realmente vermelha.

POTIÚ (rio). *Rio do camarão*: de *potí* camarão e *ú* agua.

QUIXELÔ (tribu). *Oh! eu sou turbulento*: de *qui* oh! *xe* e *ró* turbulento, trefego. Na lingua indigena não havia l, que só aparece em algumas palavras por corrutela do r, que o indigena pronunciava muito brando como o l.

IÚ (riacho). *Água, mais água*: muita água, só água: de *y* água e *ú* água.

Intendentes ou Prefeitos Municipaes

Este cargo foi instituído pela Constituição de 12 de julho de 1892.

Era gratuito e passou a ser remunerado pela Lei n. 464 de 12 de set. de 1898, revogada pela Lei n. 614 de 16 de ag. 1900.

Era de eleição da Camara anualmente dentre seus membros, podendo ser reeleito; passou a ser de livre nomeação do Presidente do Estado pela Lei n. 264 de 26 de set. 1895, revogada pela Lei n. 588 de 24 de julho 1900, sendo esta derogada pela Lei n. 764 de 12 de ag. 1904.

Pela Constituição de 4 de nov. 1921 tornou-se de eleição direta, por dois anos, o que foi mantido pela Const. de 24 de set. 1925, só sendo feita a 1.^a eleição em 1926:

João Ramos da Silva, junho 1892 a junho 1893
 Bernardino Proença « 1893 « dez. 1898
 Candido Taumaturgo, jan. 1889 « set. 1900
 Alfredo Dutra de Sousa, out. 1900 « out. 1905
 Francisco Cordeiro de Sousa, nov. 1905 a ag. 1908
 José Arruda, ag. 1908 a julho 1910
 Alfredo Dutra, julho 1910 a jan. 1912
 Joaquim de Alencar Matos, jan. 1912 a março 1914
 Alfredo Dutra, março 1914 a julho 1919
 Dr. José Pacifico Caracas, julho 1919 a set. 1920
 Francisco Linhares Filho, set. 1920 a março 1921
 Pedro Lopes Pereira, março 1921 a ag. 1924
 Dr. João Paul. B. Leal Filho, ag. 1924 a nov. 1928
 Pedro Catão, dez. 1928 a julho 1930
 Dr. J. J. Almeida, ag. a 28 de out. 1930
 Alfredo Dutra, out. 1930 a junho 1932
 Dr. Heitor Fiúza, junho 1932 a fev. 1933
 Cap. Osimo Alencar Lima, março 1933 a junho 1934
 Dr. Luiz Rolim da Nobrega, julho a set. 1934
 Dr. Candido Silveira, out. 1934 a março 1935
 Francisco Chagas de Sousa, abril a 5 junho 1935
 Ananias Arruda, 6 junho 1935.

A Imprensa em Baturité

Diz-nos a história que o primeiro jornal do Ceará apareceu em Fortaleza a 1.º de abril de 1824, intitulava-se de «Diário do Govêrno», sob a direção do inolvidavel martir da democracia Padre Mororó, sendo mal impresso em quarto de papel ordinario na tipografia Nacional, officina enviada de Pernambuco aos patriotas do Ceará por Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

No interior da provincia, hoje Estado, appareceu em 1859 o «Aracatiense» na cidade de Aracati e, em 1863, «O Sobral», «O Jornal do Icó» nas cidades destes nomes, e a «Gazeta do Cariri» e «O Cratense», na do Crato.

Em Baturité o primeiro jornal que surgiu intitulava-se «O Aracoiaba» (nome dêsse pitoresco regato que faz as nossas delicias), de má impressão, pequeno formato e muito critico, criação de Miguel Joaquim Fernandes Barros, cêrca de 1873, e que pouco durou.

No meado de 1876, aquí chegou a primeira typografia (sem levar em conta a pequena e insignificante d' «O Aracoiaba») e dela saíu «O Baturité», jornal que se dizia neutro entre os partidos politicos. Era seu fundador o Dr. Domingos Carlos Gerson de Sabóia, advogado muito habil e espirituoso, razão porque «O Baturité» era muito chistoso.

Em 1878 desapareceu «O Baturité», já então, pelo falecimento do Dr. Sabóia, sob a direção de Amaro Cavalcante, advogado e Professor de latim e que morreu em 1922 Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, e daquelas officinas começou a publicar-se, em 14 de set. de 1879, «A Ordem», órgão politico cónservador, confiado á direção do Dr. Antonio Pinto de Mendonça, que foi depois Deputado Geral e finou-se Magistrado aposentado em 1900.

Quando na sua direção, Amaro Cavalcante publicou naquela officina a sua primeira obra, um compêndio didatico intitulado «Livro popular», que teve adoção no ensino público primario.

Em 1881 desaparecia «A Ordem» e surdia «O Niillista», pequeno jornal partidario, attribuido a

Leopoldo Cabral, que depois, no Rio, dirigiu a revista literaria «A Bruxa». Chegou neste ano outra tipografia, propriedade da facção adversaria (miúdo-ripar-da) e começou-se a publicar, em 19 de março, o «Ipiranga» (alusão ao brado de proclamação da Independencia), sob a redação do Dr. Manuel Joaquim Cavalcante de Albuquerque.

A êsse tempo desaparecia na outra Imprensa «O Niilista» e vinha á publicidade a «Gazeta de Baturité», jornal político da outra facção (graúdo-minú), sob a direção do advogado Aleixo Anastacio Gomes.

Êsses hebdomadarios politicos muito se digladiavam em objurgatorias pessoais, sem preocupação de principios.

Felizmente logo em fins de 1882 para o início de 83 se amainaram essas discordias partidarias e desapareciam os órgãos politicos.

A onda abolicionista inundava luminosamente as almas e a Imprensa, como um sol a irradiar fulgências, e cada dia publicava boletins, proclamações, edições especiais consagradas á humanitaria propaganda até 25 de março de 1884, quando se deu a libertação total no Ceará.

Apareceu então o «Baturitêense», jornal neutro, sob a direção de Antonio Brígido e Auxencio Rodrigues e que tinha por lema êstes versos de Castro Alves:

«Agora que o trem de ferro
Desperta o tigre no serro
E espanta os caboclos nós...»

A 28 de set. de 1884 iniciou sua publicação o «Cruzeiro», semanario ecletico, órgão dos interesses do municipio, sob a redação de Cipriano de Miranda e Pedro Sombra.

O «Cruzeiro» foi o jornal de mais longa existencia, até então, de Baturité: começou em 1884 e desapareceu em 1892, mantendo-se imparcial todo êsse tempo.

Teve boa redação e colaboração; em princípio os jovens supraditos e posteriormente Jorge Aires

de Miranda, Francisco Aires de Miranda, auxiliados por José Martins, José Raulino, Francisco Silverio e Pedro Catão.

O Clube Republicano João Cordeiro teve em 1889 sob contrato uma de suas colunas para a propaganda democratica, e delas partiu também, em bem fundamentado artigo de Jorge de Miranda, na nossa primeira constituinte estadual, a idea de mudar-se da nossa capital o nome de Fortaleza, sem significação histórica ou natural, para Morenópolis, Moremburgo ou Morembergue, em homenagem ao seu fundador, Martins Soares Moreno, já imortalizado nas páginas poeticas de «Iracema», pelo genio radiante de José de Alencar. Esta idea mereceu calorosos encomios de João Brígido.

Em suas oficinas editou o malogrado Cipriano de Miranda seus dois livros de versos, «Lirios e Goivos» e «Poemas e Versos», e P. Catão publicou nas suas páginas uma novela da escola romantica: «A Serrana», perfil de mulher.

Desapareceu em maio de 1892, fundindo-se a sua tipografia com a do «Oitenta e Nove», órgão do partido republicano, que veio à luz da publicidade em 22 de maio daquele ano, sob a redação de Antonio Artur, Candido Taumaturgo e Pedro Catão.

Durante o tempo do «Cruzeiro», haviam surgido na outra tipografia, tendo porém vida rapida, «O Comércio», do Dr. Raimundo Ribeiro e, em 14 de março de 1889, «O Tempo», literario e noticioso, sob a direção de Pedro Sombra, Dr. Pedro de Queiroz e Pedro Catão, e por isso cognominado o jornal dos Pedros.

Nele se publicou um estudo histórico sôbre a primasia e preponderancia dos Pedros no Brasil, desde o seu descobridor, o primeiro que o noticiou a D. Manuel, o primeiro Bispo, alguns primeiros donatarios de capitancias, o primeiro que publicou um tratado de sua História, o primeiro Imperador, o primeiro fundador do Ceará, seu primeiro Presidente, etc., etc.

Esta idea já aliás também a tivera o Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães, deputado Cearense que primeiro apresentou no parlamento Brasileiro um projeto sôbre a Lei do ventre livre, que anos após se cris-

talizou pelo prestígio e filantropia do egregio Visconde do Rio-Branco.

Posteriormente ainda, em 25 de março de 1891, appareceu naquella officina «O Seculo», orgão da Biblioteca 16 de Novembro, sob a direção do Dr. Manuel Estelita Cavalcante Pessoa, Candido Taumaturgo e Pedro Catão, e que existiu até fev. de 1893.

Também entre os moços e até entre crianças se fizeram publicações como «O Monitor», «O Diabinho», «O Torpedo», «O Condor» e «A Onda», que appareceu em 19 de março de 1882 e tinha por divisa êstes versos attribuidos ao célebre Padre Verdeixa:

«Não tenhas, minha musa, medo dêles,
Vai batendo de rijo, fogo neles.»

O «Oitenta e Nove», a que retrocedemos a bem da narração, existiu até abril de 1908, tendo uma interrupção em 1905 para adquirir um prelo Marinoni, saindo em 1906 melhorado e com maior formato. De suas officinas saíu em 1896 o «Almanaque Municipal de Baturité», anuario estatistico e literario, de publicação do Apostolado Literario, e ainda, a 25 de março daquele ano, «O Simbolo», orgão da mesma sociedade.

Nele foi publicado, como subsídio historico, o resumo cronologico do Arquivo municipal, desde a fundação da Vila em abril de 1764 até 1810. Humberto de Campos também nele colaborou, quando aqui esteve em 1906—08, e debutaram em suas páginas os poetas Vasco Benicio, Vasco Furtado, Meira Filho e Fernando Weyne.

Também estamparam nele interessantes e cintilantes correspondencias os talentosos Otavio Dutra, do Rio, e José Luiz de Castro, de Fortaleza. Jamais deixou êste orgão passar despercebida qualquer efemeride patria e esteve irreduzivel ao lado de Floriano, o Consolidador da Republica, tendo recebido com luxuosa edição especial o Presidente Afonso Pena e a comitiva da Imprensa Nacional, que o acompanhava, quando por aqui transitaram, em 16 de junho de 1906.

Em 15 de março de 1900 surgiu «O Município», órgão de um grupo dissidente, que se desligara do «Oitenta e Nove», com que abriu luta, desaparecendo em 1906 e reaparecendo em 1913, com pouca duração.

Começou a publicar-se em Fortaleza, adquirindo posteriormente oficina e prelo Marinoni.

Nele editou Galdino Chaves um folheto com os traços biográficos do coronel Manuel Felício Maciel, e em 1905 um romance sob o título «Cenas do Norte».

De 1913 para 1914 veio para Baturité a quarta oficina tipográfica, por aquisição do coronel Francisco Cordeiro, e onde se imprimiu, àquele tempo, o «Correio da Semana», de João Castelar, e posteriormente, em 1916, «O Momento», de Julio Severiano e Eurico Arruda, e depois, em 8 de abril de 1917, «A Verdade», órgão católico.

Dos prelos e oficinas, as duas primeiras d'«O Baturité», «Cruzeiro», e do «Ipiranga», «O Srculo», se inutilizaram pelo uso; o Marinoni do «Oitenta e Nove», adquirido por ações, foi revendido para Fortaleza em 1912, e o Marinoni d'«O Município», que também para ali fôra, voltou para «A Verdade».

Nestas oficinas foram editados uma «Memória histórica, geográfica e estatística de Baturité» por Pedro Catão, para ser apresentada pela Comissão local ao 1.º Congresso Agrícola do Ceará, realizado em Quixadá, em set. de 1916; um panfleto sob o título «Republicanização», em 1917, cartas de Demofilo ao Presidente João Tomé, e em 1921 substancial tese jurídica sobre citação judicial, com que o Dr. Antonio Furtado concorreu a uma catedra da Faculdade de Direito do Ceará.

Para melhor elucidação vão insertas adiante, em ordem cronologica, as publicações jornalísticas feitas nesta Cidade :

1873

«O Aracoiaba», crítico, de Miguel Joaquim Fernandes Barros.

1876

«O Baturité», noticioso, de Domingos Sabóia, depois Amaro Cavalcante; existiu até 1879.

1880

«A Ordem», político, sob a red. do Dr. Antonio Pinto de Mendonça;

«O Papagaio», manuscrito, de crianças;

«O Monitor», de crianças.

1881

«O Niilista», crít., de Leopoldo Cabral;

«Gazeta de Baturité», político, sob a redação de Aleixo Anastacio Gomes;

«Ipiranga», político; iniciou a 19 de março.

1882

«A Onda», lit. e crít.; iniciou a 19 de março;

«O Cometa», crítico;

«O Diabinho», de crianças;

«Torpedo», crít., de crianças;

«Zuadelo» substituiu o «Torpedo»;

«Triunfo» publicou-se a 5 de jan.;

«A Vaga» iniciou a 16 de set.

1883

«O Baturitéense», noticioso;

«O Combate», crítico;

«O Atleta» iniciou a 3 de junho;

«A Revolta», crítico.

1884

«Cruzeiro», iniciou a 28 de set, e durou até maio de 1892;

«O Sereno», crít.;

«A Tarrafa», « ; iniciou a 22 de jan.;

«Colibrí», crítico.

1885

«O Comércio», noticioso.

1887

«O Condor», lit., órgão da União Cearense; iniciou a 5 de set.

1888

«O Rouxinol», crít.;

«A Vidraça», « .

1889

«O Tempo» iniciou a 14 de março.

1891

«O Seculo» iniciou a 25 de março e existiu até fev. de 1893;

«O Binoculo», crítico;

«Berimbau», « ;

«Cancão», « ;

«O Grilo», « ;

«O Leque», « ;

«Vagabundo», « ;

«Voz do Operario».

1892

«Oitenta e Nove» político;

«O Bichinho», crítico;

«O Pedante», « .

1893

«O Album», lit., de Quintino Cunha; iniciou a 10 de dezembro;

«O Gutenberg», de José Carolino; iniciou a 5 de nov.;

«A Ponta», crítico; iniciou a 10 de dez.

1894

«A Luta», de José Carolino; iniciou a 25 de fev.;

«O Movimento» iniciou em 7 out.;

«O Pescador», crítico;

«A Pilula», « ;

«O Verbo», religioso, presbiteriano; iniciou a 26 de nov.

1895

«Vulcão», crítico.

1896

«O Simbolo», órgão do Apostolado Literario;
iniciou a 25 de março;

«O Bicho», crít.;

«Epoca», órgão do partido operario; iniciou a
15 de out.;

«Vapor», crítico;

«O Perigo», « ;

«A Trompa», « .

1897

«Livro», lit.; iniciou a 7 de fev.;

«Canudo», crítico;

«Onça», « ;

«Colibrí» « ;

«A Luz», literario;

«Meio», crítico;

«O Moleque», « ;

«Tesoura», « .

1898

«A Navalha», crítico;

«Republicano», noticioso.

1900

«O Municipio», político.

1901

«Gazeta da Serra», de Benigno Pereira;

«O Serrano», lit.;

«O Zefiro», « ;

«O Futuro», « .

1902

«O Astro», lit.; de Amelia e Olga Alencar;

«A Infancia», religioso;

«O Evangelista», « ;

«O Montanha», lit.

1903

- «Alvorada», lit.
- «Boêmio», crít.;
- «A Luz», de Raimundo Pontes;
- «O Pimpão», crít.;
- «O Canindé», destinado á cidade dêste nome.

1904

- «O Paladino», órgão do Gremio Romeiros do Ideal, iniciou-se a 6 de jan. e existiu até 1907;
- Poliantea em homenagem a Mons. Manuel Cand. dos Santos, no seu natalício, 13 de jan.;
- «A Serra», lit.;
- «A Semana», religioso;
- «O Dedo», crít.;
- «A Taba», . . .

1905

- «A Estrêla», lit.; de Antonieta Clotilde.

1907

- «O Santelmo», órgão de propaganda da farmacia Matos.

1909

- «O Semanario», de Francisco Soares e Antonio Furtado.

1913

- «O Lucifer», crítico.

1914

- «Correio da Semana», de João Castelar;
- «Alvorada», órgão do Gremio José de Alencar.

1916

- «O Momento», noticioso; iniciou a 28 de maio.

1917

- «A Verdade», órgão catolico; iniciou a 8 de abril e ainda existe.

1919

«Folha Comercial», de Vic. Arruda.

1922

«A Idea», órgão escolar; iniciou a 3 de maio e durou pouco.

A Instituição Municipal em Baturité

(Documentação)

Resumo cronológico do Arquivo Municipal de Baturité, infelizmente já deteriorado em alguns livros e papéis, publicando-se na integra, inclusive a ortografia original, os documentos mais interessantes.

Ano de 1764

(Livro Tombo)

Este livro, que felizmente se acha intacto, apesar de pouco legível e esmaecida a sua caligrafia, tem a declaração de que há de servir na Alfandega de Pernambuco e vem numerado, rubricado por Alexandre Metelo de Sousa Meneses.

Logo adiante tem as seguintes declarações: «Este livro rubricado e numerado pelo conselheiro do conselho ultramarino Alexandre Metello de Souza Menezes, ha de servir para nelle se registrar a criação desta villa de Monte-mor o novo da America, demarcação de sua planta, alinhamento e medição de suas terras de terrenos nella demarcados para as plantas de seus moradores, patrimonio de sua Camera, recreios, baldios e divisão de terreno que lhe fica pertencendo e data das casas de cada um dos moradores em particular.

Tem cento e noventa e seis meias folhas, como consta do seu encerramento, e para constar me assigno como seu erector. Monte-mor o novo 21 de Abril de 1764. Victorino Soares Barbosa.

Aqui se registrarão tambem todas as datas das

terras deste Patrimonio pelos seus moradores cada um de per si, declarando esse os nomes de quem foram dadas, e neste mesmo livro se registrarão todas as escrituras dos foros do Patrimonio da mesma Camara desta villa. Monte-mor o novo 12 de Maio de 1764. Barbosa.»

(Dele foi tirada uma cópia em 1844, de que foi incumbido Rufino Nicacio Moreira Lima de ordem da Camera, e que se extraviou, pois não se encontra no Arquivo, e outra em junho de 1877, de ordem do Presidente da Camara, Raimundo Cicero Sampaio, que se acha arquivada. Achando-se o original hoje no Arquivo Publico e Museu Historico do Estado.)

Segue-se a cópia do edital, acompanhada dos Alvarás de que faz menção, que foi afixado na porta da igreja, designando o dia 14 de abril vindouro para aclamar a nova vila e levantar o Pelourinho, para o que convocava os seus moradores.

Como se vê, a criação da Vila de Monte-mor o novo, depois Baturité, obedecia ao plano do Ministro Marquês de Pombal na luta que este abriu contra os Jesuítas, e sôbre a qual perora o eminente historiadór Cesar Cantú :

Assim foram expulsos do Brasil os Jesuítas que, se lá cometeram muitos abusos e quasi totalmente degeneraram da regra e do espírito do seu instituto, sendo antes mercadores do que soldados, e em vez de directores dalmas promotores de fações e rebeldias, também é certo que prestaram valiosos serviços á exploração e colonização dêsse opulento Estado. Se levaram de lá muito oiro, também pelos seus matos deixaram muitas vezes a carne em pedaços; se espalharam muitas superstições, também derramaram muitas luzes, e os indios não encontraram nunca quem melhor e por mais suaves meios lhes soubesse domar a natural relutancia ao trabalho e á civilização. A sua expulsão e a abolição da sua ordem foram necessidades da reforma social iniciada pelo Marquês de Pombal: honra seja ao illustre Ministro que a reconheceu e satisfez! Mas a História, que não é um lutador, é um juiz, não pode negar aos Jesuítas as glórias humanitarias e cientificas que os ilustraram, tanto mais que essas antigas

glórias não lhes podem servir de titulos para se recomendarem ao presente. Todas as instituições humanas têm a sua epoca; a dêles passou quando trocaram o sertão pelas côrtes, o apostolado pelo tráfico e pela política, e em vez de se oferecerem ao martirio entre os gentios, se propuseram á dominação entre os povos cultos.» («História Universal», Livro XVII, pag. 316.)

No dia 2 de abril foi feita a demarcação e asinação do terreno para área da futura Vila pelo engenheiro Custodio Francisco de Azevedo e Antonio Gomes de Freitas, escrivão da vara do Meirinho geral, de ordem do Ouvidor Barbosa :

Mediram a área do terreno escolhido, que deu 165 braças de comprimento, correndo o rumo de Sueste para o Norueste, e de largo 135 braças correndo o rumo de Nordeste para Sueste, fazendo a figura de um parallelogrammo rectangulo com lados oppostos iguaes». Nesta área foi alinhada a praça para dita Vila «com 80 braças de comprimento e 45 de largura, com quarenta e oito terrenos para moradas de casas de cada lado, com 30 palmos de frente e outro tanto de fundo cada um». No meio da praça «destinou quatro terrenos para casa de Camera e mais officinas publicas, e na frente opposta a entrada da dita praça alinhou a nova Igreja com 80 palmos de fundo e 40 de largura, em proporção dupla». Ficando alfim «a futura Villa com a sua Igreja ou logar para ella e cento e cincoenta e quatro moradas de casas para se fazerem, alem de trez já feitas, que ficam fora della, a saber: huma em que reside o Reverendo Vigario, outra que fica servindo para casa de Camera pro intere e outra para escolla», ficando obrigados todos os seus moradores a concluir em todas as obras no espaço dos dois anos seguintes.

Termo em como se levantou o Pilourinho. Aos quatorse dias do mez de Abril do dito anno, de mil e setecentos e secenta e quatro, na praça publica e termo della honde foy o dito Doutor Ouvidor geral e corregedor desta comarca, Victorino Soares Barbosa, commigo escrivão do seu cargo pellas trez horas da tarde do mesmo dia estando ahy todos os moradores da terra e de fora, logo no meyo da dita

Praça e sentro della, depois de repetidas todas as ordens de Sua Magestade Fidelicima que asima estão copiadas, emediatemente mandou o dito Ministro levantar o Pilourinho que no dito lugar estava feito e posto no em que havia de ficar e em claras e em-telegiveis vozes aclamou esta dita villa dizendo as seguintes que o Porteyro do seu juizo João Pinheiro proferia tambem: Real viva o nosso augusto Soberano e Fidelicimo Rey, o Senhor Dom José Primeyro de Portugal que mandou criar esta villa; cujas vozes repetiu o mesmo povo e circostante d'elle como fieis vassallos em reconhecimento do que receberam pella mercê da sua criação, e logo o mesmo Ministro a denominou por Villa Real de Monte Mor o novo da America, declarando que seu orago ficava sendo a Mãe santissima e Senhora da Palma de sua propria freguezia e que o Padroeyro de dita villa hera o Senhor Sam João Nepomuceno, e que a ambos deviam por tal reconhecer e festejar pedindo lhes o augmento della, e tambem determinou que junto ao dito Pilourinho se fariam todas as rematações que ouvecem e mais actos que se devecem celebrar em publico, e para constar todo o referido mandou fazer este termo que assignou com o dito Porteyro e mais pessoas da Nobreza e Povo que sabiam escrever. E eu Elias Paes de Sousa e Mendonça escrevão nomeado para a dita deligencia o escrevy. Barbosa. Padre Theodosio de Araújo e Abreu. Ignacio Moreira Barros João Roiz de Freitas. Francisco Simões Tinôco Thomaz Pinheiro de Mello Francisco Teixeira de Magalhães Almeida Francisco Barbosa de Souza José dos Santos Silva Amaro Roiz Moreira Sypriano Ferreira Vieira

No mesmo dia 14 de abril se assinou o distrito da Vila e o Patrimonio dela, cujo termo «ficaria comprehendido para a parte do Norte até o lugar chamado Hypú do riacho do Araripe inclusive, para a parte do Sul até a fazenda chamada Cahifás inclusive o riacho Choró e por este abaixo buscando o Nascente até a fazenda chamada de Humary e para a parte do Poente se incluirão no dito termo todas as serras que desagoam as suas aguas vertentes para o dito Choró. E para patrimonio da mesma Camara lhe assignou particularmente todos os citios já

feitos nas margens do rio Aracauaba, que sam descomprehendidos na medição das terras proprias desta villa e deu mais nas margens do rio Putiú comprehendido na mesma medição os quaes se aforarião e além dos referidos citios lhe assignou tambem todas as sobras que ficarem da mesma terra medida depois de demarcadas as datas particulares dos moradores nella e outro sim concinou mais em particular para o dito patrimonio a terrá chamada a mição Velha, onde primeyro foy cituada, e o que nella se comprehender em uma legua de duas mil e oitocentas braças quadradas e para pasto commum e logradouro dos gados vaccuns e cavallares dos moradores da mesma villa o citio chamado a Gitirana e para tirar linhas todos os mattos do circuito desta villa que estiverem encultos e sem beneficios de lavoura». Este termo é assim assinado: Barbosa Ignacio Moreira Barros Cruz do Juiz Francisco Soares Correya Cruz do primeiro Veriador Theodosio de Barros Cruz do segundo Vereador Manoel Figueira do Monte Cruz do terceiro Veriador David Bezerra Cruz do Procurador João Oliveira Director João Roiz de Freitas.

Segue-se o auto de demarcação das terras patrimoniaes, acompanhado do respectivo edital para a referida medição, datado de 16 de abril.

No mesmo dia 16 foi sentado o primeiro marco da testada do centro donde há de começar a demarcação, que ficou a 40 braças de terreno da Praça e 33 do comprimento da principal rua que dela segue, e portanto a 73 braças de distância do marco do centro da Praça pelo rumo de Sueste e por êste se mediram 200 braças.

No dia 17 de abril referido mediram-se 700 braças e no dia 18 mediram-se 500, perfazendo-se as 1.400 da meia legua e sentando-se o segundo marco que confronta pelo Sudoeste com a estrada pública que vem para esta vila e pelo rumo do Noroeste com um morro por onde passou o mesmo rumo.

No dia 20 de abril, dêste marco mediu-se no mesmo rumo de Sueste 600 br. e no dia 22 800 br., completando-se 2.800 br. da legua, do que sentou-se marco que confronta com um morro grande pelo Sueste.

No dia 25 de abril, dêste marco mediram-se 700 br. e no dia 26 mais 700 br., completando-se a meia legua do travessão de testada do rumo do Sudoeste, e levantando-se o marco que confronta pelo Sul com o riacho Mucunã.

No dia 27, do marco do centro do extremo da legua pelo rumo de Nordeste mediram-se 800 br., tendo atravessado o rio Aracoiaba, e no 28 mediram-se 600 br., completando-se as 1.400 dêste rumo de Nordeste, de que se levantou marco, que confronta com a estrada pública que vai para Candeia pelo rumo do Sueste.

No dia 30 de abril, do primeiro marco da testada do centro por onde se principiou o medir a legua pelo seu comprimento, mediram-se pelo rumo do Nordeste 850 br., e no dia 2 de maio mediram-se 550, completando-se a meia legua e levantando o marco da testada do rumo do Mordeste, que confronta pelo Sudoeste com um riacho fundo que vem da Serra e pelo Nordeste com um morro ingreme.

No dia 4 de maio, do marco do centro do princípio da legua mediram-se pelo rumo de Sudoeste 730 br. até o lugar chamado Queimadas, e no dia 5 mediram-se 670 br., completando-se as 1.400 dêste rumo do Sudoeste e levantando-se o último marco, que confronta pelo rumo de Nordeste com um riachinho fundo e pelo Sudoeste com um morro alto, em cuja ladeira ficou o dito marco.

Demarcação das sobras que ficam de um e outro lado do terreno demarcado para a situação da Vila: No dia 7 de maio, do marco do centro onde principiou a demarcação da legua pelo rumo do Noroeste acharam ter 200 br. de fundos na largura, até a fralda do serrote onde chegou; e deste ponto pelo rumo do Sudoeste mediram-se mais 600 br., metendo-se aí o marco do extremo das sobras do rumo do Sudoeste, no qual se meteram duas testemunhas ao pé, uma olhando para o Sueste na largura de 200 br., e a outra para o rumo de Nordeste, confrontando o dito marco pelo rumo de Noroeste com a estrada do Putiú e pelo rumo de Sudoeste com o rio também assim chamado.

No dia 8 de maio, do lugar onde tinham chegado as 200 br. das referidas sobras na largura mediram-se

pelo rumo de Nordeste 500 br. até chegar aos morros do caminho que vai para o Candeia, levantando-se o marco do extremo do comprimento de todas as ditas sobras, que do outro marco delas já posto no rumo do Sudoeste até êste do Nordeste vem a computar 1.100 br. toda ela, e se meteram duas testemunhas de pedra, uma que olha para o Sudoeste e outra para o Sueste, ficando o dito marco pouco mais de meio enterrado na ladeira de um morro alto e confrontando pelo rumo de Noroeste com o riacho que vem da Serra e com o morro mais alto dela, e pelo rumo do Nordeste com o mesmo morro dêste indo para rumo geral.

Seguem-se a sentença de julgamento da demarcação e o auto de posse judicial.

No dia 16 de maio declarado fez o Ouvidor entrega ao diretor João Rodrigues de Freitas do seguinte:

«Onze marcas de ferro para ferrar gado, se ouvece;

Pesos de 8 libras de ferro, 4, 2, 1, meia e quartas;

Humas balanças pequenas correspondentes aos ditos pesos, braços de ferro e conchas de cobre; humma medida de quartilho e outra de meio de cobre; Nove varas incarnadas das insignias da mesma Camara; hum pano de serafina verde para a mesa; hum prato de jacarandá com tinteiro, areeiro e caixa de obreas; huma resma de papel e dois coarteirões de pennas; Onze livros em branco, dos quaes chegaram com avaria de cupim; hum prumo com nivel; huma corrente e huma peça de corda delgada, em varios pedaços; Medidas de pau a saber: hum alqueire, meio alqueire; huma quarta, meia quarta. Coisas que mandou fazer o dito Ministro: duas medidas de varas e duas de covados; huma arca de quatro palmos de comprido, dois palmos de alto e palmo e meio de largo com ferragem estanhada e fechadura que fecha com tres chaves com seu escaninho para se recolher os pellouros e juntamente servir de cofre dos orfãos.»

«Termo de declaração dos meninos e meninas

que alistou o Doutor Ouvidor geral para aprenderem a lerem e escreverem. Aos dezeseis dias do mez de Maio de mil setecentos e cessenta e quatro nesta villa de Monte-mor o novo da America capitania do Siará grande em casas de aposentadoria do Doutor Ouvidor geral e Corregedor e Juiz commissario dos extabelecimentos destas villas dos indios della, Victorino Soares Barbosa, e ahy mandou que todos os moradores da dita villa lhes trouxece a sua presença todos os meninos e meninas que tivecem para ver e alistar os que focem capases de aprender a ler e escrever coser e faser renda e trazendo-os com efeito achou serem capases do dito ensino trinta e sete meninos que alistou por mim escrivão e delles fez logo entrega ao escrivão desta mesma villa, Cosme Paes Maciel de Carvalho, e da mesma sorte alistou trinta e seis meninas das quaes fez entrega tambem a india Maria de Oliveira para ensinar a fiar, coser e fazer renda e que duas pequenas até sete anos de idade poderiam hir a escola dos meninos visto a dita mestra não saber ler e nem escrever, em que tanto a esta como ao dito mestre lhe contribuirão seus paes com a porção que determina o directorio geral, porem que aos pobres orphãos e engeitados ensinariam de graça e detreminou a casa em que se havia de faser a dita escola encoanto não ouvece a propria della, e a dita mestra o faria na sua mesma morada etc.»

Segue-se o registro de doze escrituras de enfiteuse, bem como de cartas patentes a diversos, com os termos de juramento firmados por cruz, por não saberem ler nem escrever.

Livro da Receita e Despesa

Numerado, rubricado e instruído com um môdlo pelo Ouvidor Victorino Soares Barbosa.

Intacto, porém em mau estado.

«Receita viva deste anno de 1764 pertencente aos bens do Conselho desta villa, carregada ao Thesoureiro delle, o Capitão João Rodrigues de Freitas director actual da mesma.

Total do anno

32\$420

A receita provém do subsídio de 31 reses e um quarto de carne, 12,5 arrôbas de carne sêca a cento e sessenta réis a arrôba e foros de oito meses de Inacio Moreira Barros, José dos Santos Silva, Inacio Ferreira dos Santos, Matias Ferreira dos Santos, Firmino dos Santos Silva, Domingos Fernandes e João da Rocha.

Ano de 1765

Livro Tombo

Registro de uma carta do Ouvidor Soares Barbosa aos Officiais da Camara de Monte-mor o novo, datada de Aquirás, 12 de fev. de 1765, respondendo diversas consultas.

Idem, idem, idem de 13 de set. do mesmo ano.

Segue-se o traslado das leis que mandou Sua Majestade Fidelissima sôbre o estabelecimento das novas vilas dos Indios, como Bando ao som de caixa.

Petição de Miguel da Silva Cardoso, Capitão-Mor da Vila Real de Monte-mor o novo da America, reclamando contra o hábito de se darem varios meninos para os serviços de moradores sem a faculdade do peticionario e com prejuízo das escolas, despachada na Vila de Nossa Senhora da Assunção e S. José do Riba-Mar da Fortaleza em 13 de dez. 1765 por Borges da Fonseca, que mandou aplicar dispositivos do Directorio geral.

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	9\$580
Não consta a despesa.	

A rec. provém de foros de 4 contribuintes e de condenações do Almotacé a José Figueiredo de 80 réis por vender bananas e bolos fora do costume

Ano de 1766

Livro Tombo

usual, e de 80 rs. a Manuel dos Santos Franco por ter um cavalo na roça de Nicolau Rodrigues.

Cópia da portaria do Tenente-Coronel Governador das Armas desta Capitania a Floriano de Freitas Correia, declarando que, por se achar em occupação do Real serviço, deixa de vir pessoalmente passar mostra ás companhias de ordenanças desta Vila, ordenando-lhe que o fizesse em seu nome no dia 26 de junho, trazendo uma lista exata das companhias de indios como dos moradores que não forem indios.

Seguem-se termos de 22 de set., de Francisco Barbosa de Mendonça e Estevão Pais de Araújo, de assistirem nesta Vila como moradores nela.

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano

24\$440

Não dá a despesa. A rec. provém do subsídio de 31 reses, de foros de diversos e de uma condenação de 1\$000 do Almotacé a Manuel dos Santos Franco por não ter limpo o caminho.

Ano de 1767

Livro Tombo

Edital do Ten.-coronel do Regimento de infantaria paga da Praça do Recife de Pernambuco, fazendo pública a Carta Regia de 22 de julho de 1766 mandando congregar em sociedade civil os vadios e facinoras que se acharem vagabundos em sitios volantes em populações pelo menos de 50 fogos para cima, com Juízo ordinario, vereadores e procurador do Concelho, e que sejam tratados como salteadores de caminho, inimigos comuns e como tais punidos os que desobedecerem.

Edital do Ouvidor Soares Barbosa em identico sentido, datado de 16 de junho.

Visto do mesmo Ouvidor em correição, «censurando o Escrivão da Villa por ter errado, registrando neste Livró ordens regias, cartas de serviço, bandos e patentes, que o deviam ser em outro livro, conforme ordenára anteriormente, estabelecendo assim confusão». Traz a data de 29 de set.

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	82\$670
Despesa	35\$165

A rec. provém do subsídio de 17 vacas, 15 bois, 1 boiotinho e 7 arrôbas de carne sêca; 34\$000 de contratos inclusive atrasados; 5\$200 do cont. de aferição dêste ano e do passado; 5\$010 de multas e o resto de foros.

A desp. provém de 2\$400 dos pelouros ao Ouvidor; 24\$000 ao mesmo de pauta de justiça; 1\$565 ainda ao mesmo por custas; 4\$000 ao Escrivão para pena, papel e tinta, e 3\$200 a Desiderio da Silva Ramos para fazer o pé do Pelourinho.

Entre as multas e condenações do Oūvidor e Almotacé nota-se: de 80 rs do Almotacé a Manuel dos Santos Franco, já cit., por ter um cavalo na roça de Manuel Rodrigues; de 500 rs. do Ouvidor a Manuel Marinho por não querer aceitar fio a trôco de fazenda e de 500 rs. a Pedro Antonio por vender 25 bananas por um vintém, contra as posturas do Senado, que manda ser de 30.

Ano de 1768

Livro Tombo

Cópia da resposta do Ouvidor aos Officiais da Camara, resolvendo sôbre os contratos de aferição e de açougue, que não encontraram em hasta lance regular.

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	28\$000
Despesa	3\$600

A primeira provém da arrematação, e a despesa de pagamento ao Escrivão da Camara.

Ano de 1769

Dêste ano até 1816 não consta no Arquivo nenhum doc. de importância, senão poucos e concisos vistos em correição dos Ouvidores, em alguns anos no Livro Tombo.

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	13\$300
Despesa	24\$600

A rec. provém das mesmas fontes conhecidas e a despesa também, havendo a mais apenas 4\$000 do feitiço do curral do açougue e 13\$000 de 1 serra, 1 balança, 1 porta com fechadura e 12 litros de ferro.

Ano de 1770**Livro da Receita e Despesa**

Receita do ano	78\$720
Despesa	21\$600

Nada digno de reparo.

Ano de 1771**Livro da Receita e Despesa**

Rec. do ano	30\$000
Despesa	107\$620

A despesa se alterou pela quantia de 64\$120, despesa de correição e aposentadoria do Ouvidor e seu

escrivão; 7\$850 pagos ao Sargento-mor Antonio Pinto Borges de um tronco e mais obras de segurança da Cadeia, e 7\$860 de cartas de usança para os camaristas de 1772.

Ano de 1772

Livro de Receita e Despesa

Rec. do ano	20\$000
Despesa	16\$660

Nada digno de menção.

Ano de 1773

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	26\$840
Desp.	46\$280

Na despesa, nota-se 45\$000 de feittio de livros e rubrica do Ouvidor.

Ano de 1774

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	31\$600
Despesa	72\$710

Na despesa consta aposentadoria do Ouvidor e audiencia geral, pelouros e cartas de usança.

Ano de 1775

Livro da Receita e despesa

Rec. do ano	52\$515
Despesa	67\$755

Provém a despesa de 7\$760 de cartas de usança,

2\$320 de despesas de luminarias na Camara pelo nascimento de um fidelissimo infante, e de 52\$315 de propina ao Ouvidor e aos Camaristas por aquele acontecimento.

Ano de 1776

Livro da Receita e Despesa

2.º livro dêste mister, enc. em couro, com 100 fls. rubricadas por João da Costa Carneiro e Sá com os dois ultimos sobrenomes.

Rec. do ano	91\$500
Despesa	108\$970

A rec. provém de 12\$ recebidos do ex-tesoureiro João Roiz de Freitas por conta do seu alcance, o mais de contrato e foros.

A desp., de aposentadoria etc. ao Ouvidor, 4\$ de ordenado anual do Alcaide e 4\$480 de luminarias pelo feliz nascimento de um principe.

Ano de 1777

Livro da Receita e Despesa

Rec. do ano	110\$940
Despesa	110\$850

Ambas têm a mesma proveniencia das anteriores, sem cousa alguma de notavel e original que mereça especial menção.

Ano de 1778

Livro da Receita e Despesa

Receita do ano	48\$500
Despesa	51\$190

Ano de 1779**Livro da Receita e Despesa**

Rec. do ano	182\$500
Despesa	20\$680

Ano de 1780**Livro da Receita e Despesa**

Rec. do ano	106\$000
Despesa	95\$455

Anos de 1781 a 1800

A receita e a despesa desta decada constam do quadro que adiante se vê, sem cousa digna de menção, a não ser as propinas pelo luto da Rainha-Mãe, D. Mariana Vitoria, que, sob indicação do Ouvidor Dias e Barros, foram fornecidas a êste no valor de 50\$000, e pagas aos Officiaes da Camara, na quantia de 175\$000 rs., 25\$ a cada um, e que foram glosadas.

Em 1787 appareceu o Livro de autos de arrematação de contratos, brochado com 176 fls. a 27 de abril de 1857.

Em 27 de abril de 1790 foram arrematadas por 21\$000, por Lino José Barbosa, as casas da Camara, por estarem deterioradas.

Em 16 de jan, de 1779 officiava, da vila de Fortaleza de N. Senhora de Assunção, Luiz da Mota Feio Tôrres, comunicando o auspiciosissimo acontecimento do nascimento de um Principe, afim de que a Camara fizesse festas e três noites successivas de luminarias, permitindo ao povo naquelas noites todo o genero de festejo decente que não seja de máscara, nem possa perturbar a tranquillidade pública,

E assim se escoaram os trinta e seis anos de existencia da bela instituição entre nós no seculo XVIII, conforme os poucos documentos existentes em seu arquivo, e que cuidadosamente examinámos.

Não encontrámos neles um criterio seguro para determinar a marcha evolutiva do progresso da recente vila.

As rendas, como vimos, são de grande irregularidade, sem grau ascendente; sobem a 152\$500 rs. em 1779 e baixam em 1798, dezenove anos depois, a 22\$000 rs. De todos os exercicios foi o de 1788 com 275\$000 o que mais rendeu, como foram de menos rendimentos os de 1765 com 9\$580, de 1772 e 1794 com 20\$000, de 1796 e 1798 com 22\$ e o de 1766 com 24.440 rs.

A renda total dos trinta e seis anos atingiu a 2:147\$815 e a despesa subiu a 2:211\$415; havendo um deficit de 63\$600, mas tendo sido glosados nesta 225\$—das propinas pelo luto da Rainha Mãe em 1781, e 16\$—em 1790, de despesa com a assistencia do Ouvidor, desaparece o deficit, resultando um saldo de 177\$400.

Toda a receita, como vimos, provém quasi exclusivamente dos foros patrimoniais, além dos contratos de carnes e de aferições e toda a despesa do dispendio com as correições do Ouvidor, nascimentos de principes, etc., além das despesas com o tronco que servia de cadeia, concertos do pelourinho e obras do açougue e seu curral, arrematadas em 1790, a fatura do curral por 25\$—e concertos neste e naquelle, em 1800, por 40\$.

A casa da Camara, como vimos, logo em 1790, foi arrematada por 21\$—por se achar deteriorada e prestes a cair. Como se vê, em 1764, quando o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa erigiu a vila, depois de escolhido o local em que era mais conveniente assentá-la, existiam apenas três casas que ficavam fora dela, uma do vigário, outra para escola e outra que ficava servindo para Camara *pro intere*. Por esta ocasião e na planta que levantou destinou local para a casa da Camara. Em 1765 recomenda o Ouvidor em carta que se cuide em fazer dita casa, afim de

não continuar a funcionar na residencia do Capitão Director o conselho. Em 1790 finalmente se vê a arrematação da casa da Camara por se achar deteriorada e prestes a cair.

Nenhuma base segura também encontramos para determinar o censo.

Em 1764, quando referido Ouvidor veio inaugurar a vila, já existia uma povoação com igreja, como se colige dos termos de criação, e que pertencia á missão dos indios da Palma, que sabemos serem os *Jenipapos*. Não tinha ela porém o número de casais exigidos pelo Directorio para uma vila, pelo que determinou dito erector que a ela se unisse a antiga missão da Telha, sita no Quixelô, para seu completamento.

A êste tempo alistou para as escolas 37 meninos e 36 meninas. Esta matrícula dá-nos uma probabilidade de não menos de cinquenta familias ou sejam 300 almas, mais ou menos.

Não recorremos ao consumo ou abatimento de reses, porque áquele tempo, abundante de caça e pesca, a que mais se entregavam os aborígenes, parece-nos, não seria um criterio provavel. Outro tanto, em região de tantas irregularidades climatericas, succede ás rendas públicas e aos preços do comércio. A carne, que começou em 1764 a 160 rs. a arrôba, encontra-se em 1788 já a 320 rs., em 1796 a 640 rs. e em 1799 a 800 rs. Seus contratos, que começaram em 1765 a 6\$ rs. anuais, encontram-se em 1789 a 20\$500 rs., a 25\$ em 1792, 93 e 94, a 20\$ em 1796 e a 30\$ em 1799.

A povoação, ou antiga missão, era situada no lugar Comum (hoje Tijuca), onde existem vestigios do templo primitivo e onde o Ouvidor achou inconveniente erigir a Vila pela sinuosidade do terreno e estreiteza do platô, e ali se achavam aldeados em missões dos Jesuítas os *Jenipapos* ou *Baturités* desde 1655, segundo José Pompeu, tendo sido elevada a missão a freguesia em 19 de junho de 1762, com o invocação de N. Senhora da Palma.

E tal foi o desenvolvimento desta missão que, em 1764, na criação da vila, cento e nove anos

depois, quasi todos, senão todos aldeados eram anal-fabetos, assinando de cruz o juiz ordinario, vereadores e procurador...

Além daquelas tribus, a dos Jenipapos e a dos Quixelôs, que foi reunida á vila, existia no seu termo àquele tempo da sua ereção a dos Canindés, no lugar onde ainda hoje se conserva o seu nome.

De modo que será cálculo bem fundado e approximado dar para a vila na epoca de sua ereção em 1764, 600 almas, e 1.000 para todo seu termo.

Com o correr dos tempos densificou a população de modo, que logo no comêço do seculo vindouro existiam nucleos além de Canindê e Candeia, como Acarape, Cajuais e Pindoba, que reclamavam açougues publicos como veremos nas obrigações de seus contratos.

De modo que podemos calcular para o fim do seculo uma população de 4.000 habitantes para o termo, sendo 1.500 na vila.

Nada encontrámos sôbre a sêca de 1777-78, bem como sôbre a mais longa até hoje conhecida, de 1790-93. A nossa Serra, coberta de extensas matas, conservou-se incolume, humida e abundante dagua até a terceira década do seculo porvindouro, quando, de 1825 em diante, desenvolveu-se para ela intensa emigração e sequente devastação dos seus bosques, de modo insolito e imprevidente e sem providencia até hoje, não obstante reclamações e advertencia do proprio poder público desde 1810, como se verifica do arquivo transsumado.

E assim se passaram, repetimos, para nossa civilização ainda embrionaria os sete lustros do grande seculo da revolução francesa e da independencia norte-americana.

Abaixo oferecemos uma sinopse da receita e despesa durante o ciclo de existencia da instituição no seculo, feitas as glosas de que já demos noticia.

Sinopse da Receita e Despesa

ANO	RECEITA	DESPESA
1764	32\$420	
65	9\$580	
66	24\$440	
67	82\$570	35\$165
68	28\$	3\$600
69	13\$300	24\$600
1770	78\$720	21\$600
71	30\$	107\$620
72	20\$	16\$660
73	26\$840	46\$280
74	31\$600	72\$710
75	52\$515	67\$755
76	91\$500	108\$970
77	113\$940	110\$860
78	48\$500	51\$190
79	152\$500	20\$680
1780	106\$	95\$455
81	114\$440	258\$940
82	46\$960	30\$420
83	29\$200	74\$420
84	38\$	32\$240
85	97\$760	35\$470
86	40\$	32\$
87	42\$	8\$
88	275\$	118\$570
89	52\$	56\$385
1790	79\$	83\$330
91	32\$500	88\$525
92	58\$	28\$080
93	47\$660	113\$595
94	20\$	19\$800
95	28\$500	103\$475
96	22\$	130\$010
97	62\$260	29\$920
98	22\$	35\$760
99	29\$500	93\$120
1800	68\$610	56\$210
	2:147\$815	2:211\$415

(Continua)